

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 756 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1998

## Senado fixa limites de gastos com câmaras de vereadores

Plenário acolhe texto original da proposta e rejeita emenda que estabelecia prazo de 12 meses para adaptação às novas regras. "A decisão é moralizadora e oportuna", afirma o autor, Esperidião Amin



### Empresários pedem a ACM menos impostos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem lideranças empresariais de São Paulo, que vieram manifestar sua apreensão contra possíveis aumentos de impostos. Ele também se encontrou com o governador eleito do Rio, Anthony Garotinho, com o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, e com a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, sempre para conversar sobre a proposta de ajuste fiscal.

PÁGINAS 5, 9 E 12

CAS

### Empregado doméstico ganha proteção

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que estende o auxílio-acidente ao empregado doméstico. A matéria agora deve seguir para a Câmara dos Deputados.

PÁGINA 6

### NOVOS TETOS PARA DESPESAS COM LEGISLATIVO MUNICIPAL

Nº de habitantes do município	Comprometimento da receita municipal autorizada
Menos de 10 mil	8 %
10 mil a menos de 50 mil	7 %
50 mil a menos de 100 mil	6 %
100 mil a menos de 500 mil	5 %
500 mil a menos de 1 milhão	4 %
1 milhão ou mais	3 %

O plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional que fixa seis faixas de gastos para as câmaras municipais, variáveis de acordo com a população. Quanto mais habitantes o município tiver, menor será o percentual da receita que ele pode destinar à manutenção de seu Poder Legislativo, incluindo salários de vereadores, dos funcionários e custeio administrativo. A proposta, cuja votação em segundo turno está marcada para o próximo dia 12, é de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC). Os senadores rejeitaram emenda que concedia aos municípios prazo de 12 meses para adaptação às novas regras. A proposta gerou debate, pela manhã, na Comissão de Justiça.

PÁGINA 3

### SEMINÁRIO



Josaphat (D), ao lado de Melo, participa do eventos

### Senadores debatem a globalização

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), abriu ontem seminário sobre a globalização, promovido pelo Sena-

do, e comparou a Internet a uma "miniatura de Estado do futuro". O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) falou sobre a abertura comercial.

PÁGINA 8

### Fim de juiz classista gera polêmica

Ao aprovar um requerimento dos líderes partidários, o Senado adiou ontem a votação da proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura do juiz classista, depois que o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) sensibilizou o plenário, sustentando que a presença dos juízes confere caráter democrático aos tribunais do Trabalho, que assim teriam a função social de reduzir as vantagens do capital sobre o trabalho. A votação da matéria não tem nova data para ocorrer.

PÁGINA 4

## Senado participa de feira no RS

Com 152 expositores nacionais e estrangeiros e a previsão de receber 1,5 milhão de visitantes em 17 dias, a 44ª Feira do Livro de Porto Alegre inclui este ano, pela primeira vez, o estande do Senado. Nele estão sendo apresentados 80 títulos sobre política, economia e história, despertando grande interesse do público.

A Feira do Livro de Porto Alegre foi aberta sexta-feira passada com a presença do governador em exercício, Vicente Bogo, e do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que visitaram o estande do Senado, sendo recebidos pela diretora da Secretaria de Informação e Documentação, Maria Helena Ruy Ferreira. A feira é anual e das mais antigas do país, tendo como característica a realização em local aberto, na Praça da Alfândega, bem no centro da cidade.

O professor Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro, que organiza a feira, considera a participação do Senado "um reconhecimento do porte nacional e até internacional do evento", e explica que isso se tornou possível a pedido da própria entidade.

"Fizemos o primeiro contato por meio da senadora Emília Fernandes, que imediatamente apoiou a idéia", conta Ledur. "Quando cheguei a Brasília, já estava programada uma reunião com os demais senadores gaúchos, Pedro Simon e José Fogaça, e o primeiro-secretário do Senado, senador Ronaldo Cunha Lima, que é poeta e já esteve em outra ocasião na feira de Porto Alegre, e então a participação foi acertada. Essa adesão do Senado nos orgulha muito e faz com que a feira passe a ter um prestígio ainda maior", explicou.

A 44ª Feira do Livro de Porto Alegre se estenderá até o dia 15. No estande do Senado, além das obras já expostas em outras feiras pelo país, está sendo distribuído gratuitamente o livro contendo os dados biográficos dos senadores do Rio Grande do Sul desde o Império, editado especialmente para o evento.

# Romeu Tuma homenageia os pioneiros da aviação

Ressaltando a contribuição de Santos Dumont e de Anésia Pinheiro Machado, ele comemorou o Dia da Força Aérea e o Dia do Aviador

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a dupla comemoração, no último dia 23, do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Ele disse querer "reforçar a lembrança dos pioneiros da aviação, entre eles nossa primeira mulher piloto, Anésia Pinheiro Machado, hoje com 94 anos, nascida em Itapetininga, no meu estado, e que detém o brevê internacional nº 77, da Federação Aeronáutica Internacional, desde 9 de abril de 1922".

Tuma recordou a trajetória de Alberto Santos Dumont, considerado o "pai da aviação" por ter sido o primeiro homem em todo o mundo a conseguir voar com uma máquina mais pesada que o ar, passando por personagens como o primeiro ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, e o marechal-dor Eduardo Gomes.

— Foram eles precursores do grande contingente de heróis, mui-



Tuma também prestou homenagem ao trabalho de ponta desenvolvido hoje pelo Inpe

tos anônimos, que contribuíram para a integração do território nacional através das ações da FAB, especialmente no início do Correio Aéreo Nacional, ou que demonstraram a bravura do piloto militar brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial — afirmou o senador.

Para Tuma, a vocação do Brasil levou ao mais moderno campo relacionado com a aeronáutica, o das atividades espaciais. "Graças principalmente ao Instituto Naci-

onal de Pesquisas Espaciais (Inpe), nossos cientistas e técnicos dominam os meios necessários à produção de satélites e encontram-se em vias de finalizar o desenvolvimento de um foguete nacional — o VLS, um veículo lançador — para levá-los ao espaço", explicou Tuma, que solicitou a incorporação nos Anais do Senado da ordem do dia do ministro da Aeronáutica, Lélvio Viana Lobo, alusiva ao 23 de outubro.

## Ronaldo irá a encontro na Colômbia

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) será o representante oficial do Senado brasileiro no Primeiro Encontro de Secretários de Paramentos Americanos, que se realizará no período de 26 a 28 de novembro, na cidade de Santa Fé de Bogotá, na Colômbia. Ele atenderá a convite formulado pelo secretário-geral da Câmara de Representantes colombiana, Gustavo Bustamante Moratto.

O encontro tem como objetivo a troca de experiências e informações sobre questões legislativas, operacionais e regimentos jurídicos que regulam cada país, para que haja uma maior integração entre os parla-



O 1º-secretário Ronaldo Cunha Lima mostrará alguns projetos bem-sucedidos do Senado

mentos. Como o Senado brasileiro é considerado hoje um dos mais modernos do mundo, a presença do senador Ronaldo Cunha Lima está sendo aguardada com grande expectativa.

Como primeiro-secretário do Senado Federal, Ronaldo Cunha

Lima apresentará experiências como o Prodasen, a gráfica do Senado (mostrará editorações técnicas, inclusive a Constituição em braile), programa Interlegis, jornal, rádio e tevê, entre outros projetos desenvolvidos pela Casa.

## Cabral faz palestra para oficiais

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), fará palestra sobre a Constituição federal segunda-feira, às 9h30, para cerca de 200 oficiais superiores, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Cabral vai fazer um histórico dos debates constitucionais, desde a Assembleia Nacional Constituinte, na qual atuou como relator-geral. O presidente da CCJ também vai falar sobre a situação atual da Carta, comentando ainda as reformas em debate. O convite foi feito a Cabral pelo ministro do Exército, Zenildo Lucena.



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão não deliberativa do Senado Federal
- ▶ 10h45 - Recebe o senhor Luiz Paulo Conde, prefeito do Rio de Janeiro
- ▶ 11h30 - Cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Cultural. *Palácio do Planalto*
- ▶ 17h30 - Solenidade de comemoração do 1º aniversário da Anatel. *Auditório do Espaço Cultural Anatel-SAS Q. 6 - Bl. C*

#### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

#### COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Tema: Seminário sobre "O Processo Legislativo do Orçamento" e "O Papel do Congresso Nacional no Mercosul". *Plenário 3 - Anexo II - Câmara dos Deputados*

#### ESPECIAL

- ▶ Das 9h às 18h - *Seminário sobre Globalização*, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro. *Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho*

#### PREVISÃO DA SEMANA

#### PLENÁRIO

- Sexta-feira (6.11.98)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado aprova limite de gastos com vereadores

Com 63 votos favoráveis e nenhum contrário, plenário acolhe a proposta original do senador Esperidião Amin, que vincula o total do custeio das atividades do Poder Legislativo municipal a percentuais da receita

Todas as câmaras municipais poderão ter limites em seus gastos, incluindo salários de vereadores, de funcionários e de custeio. O plenário do Senado aprovou ontem, por 63 votos favoráveis e nenhum contrário, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que fixa percentuais máximos das receitas municipais para os gastos das câmaras. Quanto mais populoso o município, menor será o percentual.

— A proposta é moralizadora e oportuna. Moralizadora por existirem câmaras gastando excessivamente. Oportuna porque é aprovada num momento em que o governo federal toma providências para reduzir as despesas públicas — afirmou o autor, Esperidião Amin. Para ele, com a aprovação, o Senado, por iniciativa própria, dá sua contribuição ao ajuste fiscal. A votação de segundo turno está marcada para o próximo dia 12.

## TABELA

Conforme a tabela aprovada pelos senadores, as câmaras de vereadores dos pequenos municípios, com até 10 mil habitantes, só poderão gastar 8% da receita municipal (incluindo receitas próprias e transferências). Nos municípios de 10 mil a 50 mil habitantes, o limite será de 7%, caindo para 6% nos municípios com população acima de 50 mil e inferior a 100 mil pessoas. Para cidades que têm de 100 mil até 500 mil habitantes, o percentual ficará em 5%. De 500 mil



Depois de muita discussão, o plenário acolhe a proposta original do senador Esperidião Amin, que fixa seis faixas de gastos das câmaras municipais

a um milhão de habitantes, 4%. O percentual mais baixo, de 3%, se aplicará às câmaras dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PSDB-AM), defendeu em plenário a aprovação de emenda de sua autoria, que obteve concordância da CCJ, pela manhã, que dava um prazo de 12 meses, após a promulgação da emenda constitucional, para que os municípios se adaptassem às normas. O plenário, no entanto, rejeitou a emenda por 37 votos a 25. Jefferson ponderou que muitos municípios que hoje gastam de 10% a 12% terão de se adaptar abruptamente ao limite de 6%.

Durante a discussão, o senador

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o projeto era necessário e oportuno, mas, se fosse aprovada a emenda com o prazo de 12 meses e a Câmara dos Deputados só votasse a matéria depois de junho ou julho do ano que vem, a medida acabaria entrando em vigor somente no ano 2001. Dependendo da velocidade das câmaras na aprovação de seus orçamentos, a vigência poderia ocorrer apenas no ano 2002, disse. “Os limites propostos não são estreitos”, opinou.

## ALTERAÇÃO

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) previu que a emenda constitucional poderá ser alterada pelos deputados federais, retornando ao Senado para

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o projeto era necessário e oportuno, mas, se fosse aprovada a emenda com o prazo de 12 meses e a Câmara dos Deputados só votasse a matéria depois de junho ou julho do ano que vem, a medida acabaria entrando em vigor somente no ano 2001. Dependendo da velocidade das câmaras na aprovação de seus orçamentos, a vigência poderia ocorrer apenas no ano 2002, disse. “Os limites propostos não são estreitos”, opinou.

— Encaminharei meu discurso, com meu endosso, à Câmara dos Deputados, pois se trata de uma emenda constitucional que deve ser votada sob o resguardo do Poder Legislativo, o qual está sendo usurpado por meio das medidas provisórias que estão sendo editadas — assinalou o presidente do Senado.

nova apreciação. “Mas esta é uma resposta do Congresso ao esforço nacional para coibir abusos dos poderes públicos.” Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, também defendeu a criação dos limites.

Ademir Andrade (PSB-PA), por sua vez, lamentou que muitas decisões importantes do Senado estejam paradas na Câmara dos Deputados, em espe-

## Populações semelhantes e despesas diferentes

Como exemplo da dificuldade de adoção de regra que tenha a população como parâmetro, o relator do projeto que define limites para gastos com as câmaras municipais, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), citou as cidades de Olinda (PE) e Joinville (SC) que, apesar de terem números parecidos de habitantes, gastam percentuais diferentes de sua arrecadação com o Legislativo.

As duas cidades situam-se na faixa de 300 mil a 400 mil habitantes. Pelo projeto do senador Esperidião Amin (PPB-SC), portanto, poderiam gastar até 5% de suas receitas líquidas com suas câmaras municipais. Com base em dados de 1996, porém, a situação das duas cidades é muito diferente.

Olinda gasta R\$ 4,6 milhões com o Legislativo local, o que corresponde a 13% do orçamento do município. A Câmara de Vereadores de Joinville, por outro lado, consome R\$ 4,1 milhões, correspondentes a 4,1% da arrecadação da cidade.

— Se a proposta do senador Amin for aplicada, a Câmara de Vereadores de Olinda terá que reduzir seus gastos a R\$ 1,75 milhão — disse Jefferson Péres.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) considerou um absurdo o percentual de gastos de Olinda com sua Câmara. Por ser uma cidade pobre, Olinda deveria, na opinião do representante de Pernambuco, estar distribuindo melhor seus recursos.

Jefferson retomou a palavra para afirmar que a diminuição nos gastos pode ser inviável, já que muitas das despesas são “incomprimíveis”. Nessa categoria estariam, por exemplo, o pagamento de servidores estáveis e outras despesas de custeio.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) não vê problema algum na limitação. Como alternativa, ele citou a possibilidade de que os servidores do Legislativo sejam transferidos para áreas onde haja carência de profissionais.

## Na CCJ, uma manhã de muitos debates

A opção pela proposta original do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras municipais começou na manhã de ontem, com a aprovação da PEC pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A emenda aceita pela comissão e que acabou sendo rejeitada pelo plenário do Senado (veja matéria acima) fora sugerida pelo relator Jefferson Péres (PSDB-AM) e previa um prazo de 12 meses para que as câmaras de vereadores se adaptassem às novas normas.

Durante os debates na comissão, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Francelino Pereira (PFL-MG) declararam ter dúvidas

quanto à forma de limitar os gastos das câmaras.

Já a definição de dois tetos, um para pagamento dos vereadores e outro para o custeio e pagamento dos servidores, foi sugerida pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) como alternativa.

Para que não houvesse mais adiamentos, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), revelou compromisso com o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, de que o projeto retornaria ao plenário com a maior brevidade possível.

Para o senador José Fogaça



Na CCJ, Amin e Jefferson Péres debatem seus pontos de vista sobre a limitação dos gastos das câmaras municipais

(PMDB-RS), a falta de consenso sobre o assunto deve-se à grande diversidade dos mais de 5 mil municípios brasileiros. O senador observou, entretanto, que o projeto deve ser entendido no âmbito do amplo ajuste fiscal que está sendo empreendido pelo país.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) lembrou que, em sua época como prefeito de

Curitiba, os gastos da câmara municipal eram irrisórios, mas vêm multiplicando-se a cada ano. “O Senado existe para colocar parâmetros e limites nessa situação”, defendeu.

Como autor do projeto, Amin denunciou a “situação escandalosa” que existe em certos municípios que gastam até 20% da receita líquida com a câmara municipal.

# Josaphat protesta contra o fim dos juízes classistas

Para o senador, mesmo com os defeitos da legislação em vigor, os magistrados não togados tornam a Justiça mais democrática

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ontem em plenário que a presença de juízes classistas na Justiça do Trabalho confere caráter democrático à Corte, que tem, na sua opinião, a função social de reduzir as vantagens do capital sobre o trabalho.

Por isso, ele tem posição contrária à emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista, apesar de reconhecer "inconvenientes na legislação, na parte da escolha e da designação dos representantes classistas". Josaphat fez a manifestação durante a sessão marcada para votar proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura do juiz classista. A requisição dos líderes partidários, a votação da matéria foi adiada para data ainda a ser marcada.

A proposta de emenda constitucional recebeu substitutivo do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Jefferson Péres (PSDB-AM), mantendo representantes classistas apenas nas juntas de conciliação e julgamento, mas sem remuneração.

Josaphat Marinho concordou



Josaphat aceita limitar até os TRTs a presença dos juízes classistas

que nem sempre as organizações sindicais indicaram os melhores nomes para os cargos de juiz classista. No entanto, ele conheceu representantes classistas "de excelente qualificação", alguns votando com mais segurança e conhecimento que juízes togados.

– Admitiria até mesmo discutir se a representação classista deveria chegar até a última instância da Justiça do Trabalho; talvez concordasse em limitar a presença até o Tribunal Regio-

nal, já que, a partir daí, as discussões são marcadamente jurídicas. No entanto, não encontrei razões que me convencessem a opinar pela supressão da representação classista – afirmou Josaphat.

Em aparte, os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disseram que as ponderações do senador baiano eram importantes para a decisão do restante do plenário sobre o assunto.

# Marina Silva festeja votação de lei que protege biodiversidade

A senadora Marina Silva (PT-AC) registrou ontem a recente aprovação, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais de projeto que regulamenta convenção assinada pelo Brasil sobre biodiversidade. O projeto, já enviado à Câmara dos Deputados, disciplina o uso dos recursos genéticos e biológicos e assegura o preceito expresso pela convenção assinada durante a Rio-92 de que cada país é soberano na administração de suas riquezas naturais.

– Até a Conferência de 1992, os recursos genéticos eram considerados patrimônio da humanidade. Isso parece um valor humanitário, mas servia para beneficiar os países detentores de tecnologia em detrimento daqueles ricos em recursos naturais – esclareceu a se-



Marina elogiou o trabalho do relator do projeto, senador Osmar Dias

nadora petista.

Marina informou que o governo apresentou proposta sobre o mesmo tema, mas "com deficiências". Uma delas, no entender da senadora, é considerar os recursos genéticos bens da União. Ela alertou para o dispositivo constitucional que garante às populações indígenas o usufruto das terras de reser-

vas. "O governo não pode tornar-se intermediário da utilização deste patrimônio", afirmou. A senadora acreana criticou ainda "a ânsia de autoria do governo, que não suporta ser preterido na iniciativa dos projetos".

– Usando uma terminologia própria do projeto, o que há é uma clonagem dos projetos da oposição muitas vezes malfeita. Espero que durante a tramitação na Câmara isso não ocorra e o debate flua normalmente – comentou.

Marina elogiou o trabalho do relator do projeto, senador Osmar Dias (PSDB-PR), que procurou ampliar o debate sobre o tema. "O relator inovou a tramitação, por meio de audiência pública com a participação da comunidade científica, de lideranças comunitárias, organizações não-governamentais e do governo", ressaltou.

# Nome de Adylson Motta é aprovado para o Tribunal de Contas

O nome do deputado federal Adylson Motta foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, por 62 votos favoráveis e um contrário, para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A indicação já havia sido aprovada pela Câmara e agora será comunicada ao presidente da República. Pela Constituição, dos nove ministros do TCU, seis são indicados pelo Congresso e três pelo presidente da República.

Durante a votação, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, afirmou que o TCU receberá um ministro "dedicado, eficiente e assíduo". Esperidião Amin (PPB-SC) assinou que Adylson Motta "irá dignificar o TCU, por seu perfil moral e espírito público".

Pedro Simon (PMDB-RS), de-

pois de lembrar que o indicado já foi deputado estadual, secretário de Estado e deputado federal por três vezes pelo Rio Grande do Sul, inclusive durante a Constituinte de 86, afirmou ser difícil "encontrar alguém tão preparado".

Emília Fernandes (PDT-RS) destacou que Adylson Motta "orgulha os quadros políticos gaúchos", enquanto Ademir Andrade (PSB-PA) destacou que votava a indicação "com tranqüilidade". A indicação também foi elogiada por Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) observou que o Congresso precisa "revisar o Tribunal de Contas da União", e a votação do nome de um ministro poderia ser a oportunidade para refletir sobre a necessidade de fiscalização do TCU.



Suplicy: "Falência do sistema de financiamento"

# Suplicy questiona governo sobre corte de verbas para pesquisa

"No mundo globalizado, a educação será a ferramenta fundamental que irá diferenciar os países", argumentou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao enviar um requerimento de informações ao ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, sobre cortes nas bolsas de formação e pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Suplicy quer saber se os cortes temporários nos apoios e concessões de auxílios individuais e institucionais do Sistema Gerencial de Fomento do CNPq, bem como a suspensão de bolsas de formação e pesquisa, estão diretamente ligados ao plano de estabilização que o governo enviou ao

Congresso. "Quais os critérios para esses cortes? Foi levada em conta a relação custo/benefício social?", questionou.

Como os cortes foram considerados temporários, o senador paulista indaga que medidas serão necessárias para que os financiamentos voltem à normalidade. "Esses cortes apontam para a falência do financiamento público da ciência e da tecnologia, e acarretarão profundos impactos sobre programas e agências, afetando o Pronex, a Capes, as universidades e os institutos de pesquisa", disse Suplicy, advogando a revogação dos cortes, assim que possível.

## Seminário discute papel do Congresso no Mercosul

O Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília promove hoje, às 9 horas, o seminário "O Processo Legislativo do Orçamento e o Papel do Congresso Nacional no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados".

Um dos convidados para participar do seminário é o professor Geraldo Caetano. Ele é diretor do projeto comparativo "Os Legislativos nos Países-Membros do Mercosul".



Antonio Carlos recebeu o governador eleito Anthony Garotinho e sua vice, senadora Benedita da Silva



Dutra quer que centrais sindicais também sejam ouvidas sobre medidas contra desemprego

## Dutra sugere convocação de Edward Amadeo

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse ontem que vai sugerir à Comissão de Assuntos Sociais que convoque o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, para explicar as medidas anunciadas pelo governo com o fim de combater o desemprego e em que as mudanças na estrutura sindical podem contribuir para este fim. Dutra quer que as centrais sindicais também sejam convocadas para debater as medidas. O senador entende que o Programa de Estabilização Fiscal já em andamento é altamente recessivo e, por isso, vai agravar o desemprego.

Dutra disse que o programa de combate ao desemprego serve apenas para criar a imagem de que o governo não se preocupa apenas com os ricos. Com o programa, afirmou, o governo vai criar uma nova categoria: o semi-desempregado, "que não será incluído no cálculo da taxa de desemprego". O senador acredita que o problema do desemprego só poderá ser resolvido com a retomada do crescimento, a queda dos juros e investimentos na micro e pequena empresa.

# Garotinho pede a ACM urgência na votação de empréstimo para o Rio de Janeiro

De acordo com o relato do governador eleito, Antonio Carlos teria estimado em duas semanas o prazo de votação da matéria, que permitirá o pagamento de 13º salário aos servidores estaduais

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência, na tarde de ontem, o governador eleito do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que veio solicitar urgência na votação de empréstimo que permitirá o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público daquele estado.

Segundo o relato de Garotinho, Antonio Carlos teria estimado em duas semanas o prazo de votação

da matéria no Senado, não tendo sido abordados outros assuntos durante o encontro:

– Estivemos tratando de administração. Não conversamos de política – assegurou o futuro governador, que estava acompanhado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), sua vice.

Todos os estados que tiveram perdas com o Fundef – Fundo de Valorização do Ensino Fundamental – estarão habilitados a solicitar

o empréstimo, de acordo com normas a serem ditas pelo presidente da República e votadas pelo Senado. A regulamentação poderá incluir vinculação dos recursos liberados, disse Garotinho.

O visitante informou também que, sem a liberação do empréstimo – caberiam ao Rio R\$ 287 milhões –, o atual governador não terá como pagar a folha dos servidores, que chega a R\$ 360 milhões.

## Amorim quer máximo de 10 minutos na TV para candidatos majoritários

Nenhum candidato a cargo majoritário terá tempo inferior a três ou superior a dez minutos, em cada programa eleitoral no rádio e na televisão, conforme projeto de lei apresentado pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Segundo o senador, o projeto pretende reduzir a influência do poder econômico no processo eleitoral e possibilitar maior igualdade entre os candidatos.

Amorim afirma, na justificativa da proposta, que a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na te-

levisão representa uma das mais importantes conquistas democráticas da legislação eleitoral. Entretanto, comenta, é necessário promover o aperfeiçoamento da lei para coibir as grandes diferenças de tempo que se verificam na divisão do horário entre os diversos candidatos a cargos majoritários.

– A distribuição do tempo disponível entre os partidos e coligações deve levar em conta principalmente a sua representatividade. No entanto, isso não pode ser de tal grau que promova uma diferenciação gigantesca entre



Amorim pretende reduzir influência do poder econômico no processo eleitoral

os candidatos, especialmente porque ela é baseada nos resultados de eleições anteriores, que podem não guardar proporção com a vontade do eleitorado na eleição para a qual a propaganda é destinada – completa o senador.

## Benedita lamenta morte de cantora

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou ontem o falecimento da cantora e compositora Joselina Faria Belfort, conhecida artisticamente como Joselina Pérola Negra, que morreu em casa na madrugada do último dia 2, no Rio de Janeiro. A cantora, que tinha 54 anos, deixou três filhos – José Renato, Cassiana e Cleiton – e dois netos.

– Perdemos, e a música popular brasileira também, uma grande amiga. Éramos amigas há mais de 30 anos, desde quando trabalhei como doméstica no Leme – revelou a senadora, citando alguns sucessos de Pérola Negra, como *A Feirinha da Pavuna*, *O Bagaço da Laranja*, *Garota Zona Sul* e *Sorriso Aberto*.

## CAS

# Auxílio-acidente é estendido aos domésticos

Comissão de Assuntos Sociais decide, em caráter terminativo, que empregados domésticos terão direito ao benefício em caso de acidentes de trabalho que reduzam irremediavelmente a sua capacidade funcional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que estende o benefício do auxílio-acidente ao empregado doméstico. A matéria, aprovada em caráter terminativo, segue para a Câmara, exceto se houver recurso de um décimo dos senadores para que ela seja apreciada pelo plenário do Senado.

Na opinião da autora do projeto, assim como da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS), a lei em vigor não poderia ter excluído os empregados domésticos desse benefício, uma vez que a própria Constituição garante que não deve haver discriminação entre os cidadãos.

– O benefício do auxílio-aciden-

te, estendido aos segurados obrigatórios que prestam serviços de natureza contínua, incompreensivelmente, não se sabe se por lapso ou de propósito, é negado aos empregados domésticos – protestou Emília Fernandes.

A senadora gaúcha acrescentou que colocar os empregados domésticos à margem do direito ao auxílio-acidente significa continuar admitindo a visão “distorcida e preconceituosa” de que o trabalho doméstico é uma atividade menos nobre que as demais.

O auxílio-acidente é concedido como indenização ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem se-

qüelas que impliquem redução da capacidade funcional. Mensal, o auxílio-acidente é vitalício e seu valor corresponde a 50% do salário-benefício do segurado. Ele será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado.

## VISTA

A senadora Emília Fernandes pediu vista do projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que trata do benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos de carga ou de passageiros, na hipótese de acidente de



Com o projeto, Marluce quer sanar uma injustiça da lei atual

trânsito. O parecer do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), é pela rejeição da matéria.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), concedeu à senadora Marina Silva (PT-AC) vista do projeto que autoriza o Poder Executivo a criar o Cen-

tro Nacional de Estudos, Conservação e Manejo de Plantas Medicinais Brasileiras, subordinado ao Ibama. O relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), admitiu modificar seu parecer pela rejeição da matéria, dependendo da opinião da senadora pelo Acre.

## Rejeitado projeto que criava novo tributo



Segundo Lúdio, o tributo proposto seria inconstitucional

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) contrário a projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que pretende criar o Adicional de Melhoria Ambiental, incidente sobre os preços de venda dos combustíveis fósseis, e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental.

Apesar de concordar com o mérito do projeto, o senador Lúdio Coelho argumentou que

o adicional proposto, ao incidir sobre o preço de venda dos combustíveis, representa um tributo que em nada difere do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos estados.

– A criação de um novo imposto federal, admitida mediante lei complementar, não poderia ocorrer neste caso, porque estaria baseada em fato gerador próprio de outro tributo (o ICMS), o que é claramente vedado pela Constituição federal – ressaltou Lúdio Coelho.



Romeu Tuma representou a CRE no encontro com Baibourdian

## Acatada proposta de desdobramento das férias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo do senador Odacir Soares (PTB-RO) a quatro projetos de iniciativa da Câmara que tratam da concessão de férias aos trabalhadores. O substitutivo permite que as férias por um período superior a 20 dias sejam desdobradas em até três partes. E proíbe o desconto, no cálculo de duração das férias, dos dias de falta autorizada por normas especiais ou legais, sempre que esses dias forem remunerados. A matéria vai ao plenário.

O direito às férias proporcionais a todos os empregados não demitidos por justa causa, com qualquer tempo de serviço, é outra modificação proposta pelo substitutivo. O texto aprovado também abre a possibilidade de desdobramento das férias dos trabalhadores menores de 18 e maiores de 50 anos mediante acordo escrito, individual ou coletivo. De acor-



O substitutivo de Odacir permite desdobrar em até três vezes as férias de mais de 20 dias

do com a legislação em vigor, as férias para empregados nessas faixas etárias serão sempre concedidas de uma só vez.

A CAS também aprovou, em turno suplementar, projeto de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que trata da Linguagem Brasileira de Sinais. Segundo a autora, o objetivo

principal da matéria é definir a implementação de uma política de uso e reconhecimento de uma linguagem própria da comunidade de indivíduos surdos, como meio de garantir a sua inserção integral na sociedade. Aprovado em caráter terminativo, o projeto irá ao exame da Câmara dos Deputados.

## Governo armênio propõe comissão interparlamentar

O vice-ministro das Relações Exteriores da Armênia, Armen Baibourdian, sugeriu ontem ao senador Romeu Tuma (PFL-SP), no exercício da presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, a criação de uma comissão interparlamentar Brasil-Armênia. O grupo seria formado com o propósito de desenvolver ações de interesse comum, “sem as imposições econômicas ditadas pelo processo de globalização”, explicou o senador.

Romeu Tuma, que recebeu o representante armênio pela manhã na CRE, manifestou-se receptivo à proposta, ressaltando que, de fato, existe uma limitação da soberania dos países em desenvol-

vimento devido às ações globalizadas na economia mundial.

– Levarei a tese ao Congresso, explicando que realmente os países em desenvolvimento são obrigados a circular em torno desse eixo. Isso dificulta que tenham voz ativa frente aos países que dominam a economia – disse Tuma.

Armen Baibourdian fez convite ao senador Tuma para que visite a Armênia em companhia do grupo de senadores e deputados que poderiam vir a formar a comissão sugerida.

À tarde, Romeu Tuma recebeu, no cafezinho dos senadores, a visita de cortesia de Roy Maclaren, antigo vice-ministro de Comércio Exterior do Canadá, acompanhado pelo embaixador desse país, Richard Kohler.

## Ademir pede ao governo que ajude Funai do Amapá

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ontem aos ministros da Fazenda e do Planejamento que socorram a representação da Funai no Amapá. Revoltado e entristecido, Ademir registrou o conflito ocorrido na madrugada de terça-feira, na fronteira do Amapá com o Suriname, entre garimpeiros e os índios da tribo Tumucumaque, que resultou na morte de 11 garimpeiros e de uma índia e seu filho. Segundo o senador, a Funai de Macapá imediatamente mobilizou a Polícia Fe-



Ademir Andrade

deral e o Exército, mas levou 36 horas para conseguir o combustível do helicóptero que levou uma equipe ao local do conflito. O combustível foi pago pelo governo do Pará.

Ademir Andrade denunciou o estado de "total miséria" em que vivem órgãos públicos como a Funai. "Parece que o Brasil não tem mais dinheiro para atender os problemas da população, só para pagar as dívidas interna e externa do governo", observou.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Unibiótica  
7h30 - Especial Unip - Assunto: Clínica Geral - 2ª parte  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Body Pump  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Cores do Brasil - Em destaque, São Luís do Maranhão  
9h30 - Entrevista - O presidente do Ipea, Fernando Rezende, fala do Fórum 21 - Grandes Cidades  
10h - Sessão Plenária (ao vivo)  
12h - Cores do Brasil - Ouro Preto  
12h30 - Entrevista com o presidente do Ipea, Fernando Rezende  
13h - Cores do Brasil - Pernambuco  
13h30 - Debate - A senadora Marina Silva e Bráulio de Souza Dias (Ministério do Meio Ambiente) debatem sobre biodiversidade  
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)  
18h30 - Entrevista com o presidente do Ipea, Fernando Rezende  
18h55 - Senado em Pauta  
19h - Cores do Brasil - a Reserva Biológica  
19h30 - Debate - A senadora Marina Sil-

va e Bráulio de Souza Dias (Ministério do Meio Ambiente) debatem sobre biodiversidade  
20h30 - Entrevista com o presidente do Ipea, Fernando Rezende  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Especial - Abolição / 4ª parte  
22h - Plenário (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Reprise da Sessão Plenária  
Em seguida - Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Cafeteira deixa liderança do PPB e ataca política econômica

Senador considera apenas "paliativas" medidas adotadas contra a crise e prevê desvalorização do real. Leomar Quintanilha será o seu substituto

"Deixo a liderança do PPB por ser contrário às medidas meramente paliativas que o governo está adotando para combater a crise", afirmou o senador Epitácio Cafeteira (MA), citando artigo do deputado Antonio Delfim Netto, publicado na *Folha de S. Paulo* de ontem, em que ele afirma estar "o Brasil falido, sendo a desvalorização cambial apenas uma questão de tempo".

Cafeteira disse que não ficaria confortável na cadeira de líder do PPB, lutando para aprovar as medidas do governo, porque discorda delas. "Sou um senador independente, estou ao lado do povo e, por isso, muitas vezes votei contra o governo. No meu partido, eles sabem que não sou boneco de ventríloquo e respeitam minha posição. Tampouco acho

que seja a hora de se formar bloco partidário", disse, aludindo à possível fusão entre PPB e PFL.

Cafeteira pediu a transcrição nos Anais do Senado do artigo de Delfim Netto. "Concordo com todas as suas teses." O deputado afirma que o país está quebrado, internamente, por causa da dívida interna explosiva. "Quebramos no exterior devido à valorização cambial. Os especuladores sabem que baixar essas taxas é uma questão de tempo. Quando o custo político da deflação superar os inconvenientes do real valorizado, o governo cederá e eles agirão", prevê.

O vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidia a sessão, agradeceu a atuação de Cafeteira como líder do PPB, bem como sua colabo-



Epitácio Cafeteira disse que é um "senador independente" e não "boneco de ventríloquo"

ração para o bom andamento dos trabalhos da Casa. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a decisão do senador pelo Maranhão de se afastar da liderança. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) será o substituto de Cafeteira na liderança.

## Hollanda destaca entrevista de Maciel

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) registrou ontem entrevista concedida à revista *IstoÉ* pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, na edição de 21 de outubro último. "Ao fazer, neste plenário, o registro da entrevista concedida pelo vice-presidente, imagino estar cumprindo um dever elementar de homem público: contribuir para que uma brilhante análise da conjuntura política brasileira, elaborada por quem conhece a fundo nossa realidade, seja partilhada, examinada e debatida por um número maior de pessoas. Nesse sentido, não me parece existir local mais apropriado do que esta Casa", disse Hollanda.

Para o senador, o principal destaque da entrevista é também a principal bandeira de Marco Maciel, ou seja, a urgente necessidade de iniciar uma ampla reforma política no Brasil. "Penso residir nessa tese o grande e definidor elemento que distingue o estadista do homem comum, seja ele político ou não", explicou o senador. Segundo Hollanda, o estadista tem a sensibilidade para perceber que as grandes e definitivas ações têm por referência a longa duração, e não o curto prazo.

"Com posições firmes, sem nunca ser arrogante, Maciel não tem meias-palavras para apontar o que,



Joel de Hollanda elogia preocupação de Marco Maciel com a reforma política

em sua opinião, são deformações de nossa experiência político-institucional." Assim, contesta uma realidade que torna "mais fácil criar um partido do que organizar uma microempresa", ou ainda quando deplora o fato de que, no Brasil, há "maioria, minoria e 'unoria', que é o partido de um só". Para ele, não se trata de advogar a extinção desse tipo de partido, mas, sim, de exigir que este tenha representatividade.

Joel de Hollanda disse também que a reforma política defendida por Marco Maciel vai muito além da simples mudança na legislação eleitoral e partidária. "É necessário discutir o caráter das instituições republicanas que temos, a começar pelo fato de que

nossa federação é meramente legal, nada tendo de real. Exatamente por isso, Maciel identifica a reforma tributária como integrante das chamadas reformas políticas", explicou.

Hollanda apontou as três providências consideradas imprescindíveis por Maciel para fugir do casuismo de cada eleição: atualizar o código eleitoral de 1965, aperfeiçoar a lei dos partidos políticos de 1995 e mudar a lei de inelegibilidade por causa da instituição da reeleição, que está em conflito com a Constituição.

O senador disse que Maciel desmonta a tese de que o Sul estaria sub-representado e o Nordeste super-representado no Congresso Nacional, concordando com Darcy Ribeiro quando afirmou que uma representação parlamentar numericamente justa deveria contemplar, além da população, a dimensão territorial, citando especificamente o exemplo do Amazonas.

Segundo Hollanda, Maciel lembrou, ainda, que o modelo de sistema eleitoral vigente no Brasil, baseado no sistema italiano dos anos 30, só vigora na Finlândia, e que o ideal seria o sistema misto, conciliando o majoritário com o proporcional.

# Seminário discute o fenômeno da globalização

Geraldo Melo diz que Internet é “uma espécie de miniatura do Estado do futuro”. Josaphat Marinho alerta para o fato de o país ter ficado desprotegido com a abertura das fronteiras econômicas às empresas estrangeiras

O Direito não é o campo próprio para uma globalização excessiva, afirmou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) na palestra de abertura, ontem, do seminário *Globalização: Visões do Mundo Contemporâneo*. Promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o seminário prossegue hoje na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal.

O encontro foi aberto pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado. O senador afirmou que o mundo se defronta hoje com novas interrogações, e citou o exemplo da Internet, para ele “uma espécie de miniatura do Estado do futuro”.

Melo ressaltou que os parlamentos nacionais não podem proibir a Internet. “São instrumentos que se

colocam acima daqueles que a sociedade dispunha para praticar suas normas”, disse o vice-presidente do Senado.

## FRONTEIRAS

O senador Josaphat Marinho lembrou que o Congresso suprimiu as prerrogativas constitucionais da empresa nacional, “abrindo as fronteiras econômicas do país à presença da empresa estrangeira e ao ingresso do capital externo”. Mas isso teria deixado o país desprotegido.

– Estamos desguarnecidos de certos instrumentos de defesa porque admitimos demais as idéias da globalização econômica – afirmou.

Já o deputado Ney Lopes (PFL-RN), secretário-geral do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), explicou em linhas gerais o funci-

onamento da entidade. Lembrou que, embora seja uma pessoa jurídica de Direito Internacional, o Parlatino não tem o poder de legislar, já que não pode impingir uma legislação supranacional à região. Apesar disso, tem contato com os governos de 23 países e representação em todos os parlamentos da região.



Entre o deputado Ney Lopes (E) e o senador Josaphat Marinho, o senador Geraldo Melo abre o seminário

## “Livre comércio” camufla outras intenções, diz professora

A etapa matutina do seminário foi concluída com a palestra da professora da Universidade de Brasília Maria Cláudia Drummond, mestre em Relações Internacionais e também consultora legislativa do Senado Federal. Ela reconhece que determinados temas atuais – como ações integradas de meio ambiente, o combate ao crime organizado e uma regulamentação básica para a utilização da Internet – escapam ao controle de somente um Estado. Mas outros discursos que acompanham a globalização, como a defesa do livre comércio, são na verdade utilizados pelos países industrializados para camuflar outras intenções; nesse caso, um “arraigado protecionismo”.

– As novas organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), refletem interesses muito mais afeitos aos países desenvolvidos, como a propriedade intelectual, os serviços e as compras governamentais – afirmou a professora. Nessas áreas, para ela, esses países são mais competitivos e, por isso, se consideram mais protegidos.

## O PROGRAMA HOJE

Sala de Comissões nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho

- 9h – Abertura – Senador Lúdio Coelho, presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul
- 9h10 – A Declaração dos Direitos do Homem e a Globalização – Senador Bernardo Cabral, presidente da CCI
- 9h40 – Globalização: A Realidade Brasileira – Deputado Paulo Bornhausen, secretário-geral da Comissão Parlamentar do Mercosul
- 10h30 – A Constituição em Ambiente Globalizado – Consultor legislativo Gabriel Dezen Júnior
- 11h – A Educação Brasileira em Tempos de Globalização – Consultor legislativo Ricardo Martins
- 11h30 – Debate
- 14h30 – Abertura – Senador Ronaldo Cunha Lima, primeiro-secretário do Senado
- 14h40 – O Processo de Modernização do Senado Brasileiro – Agacieli da Silva Maia, diretor-geral do Senado Federal
- 15h10 – Modernização dos Parlamentos da Região: Ponto de Partida para uma Cooperação Horizontal – Mario Farachio, secretário do Senado da República Oriental do Uruguai
- 16h – Tecnologia, Desenvolvimento e Globalização – Consultor legislativo Eduardo Baumgratz Viotti
- 16h30 – Globalização das Comunicações: Tecnologia x Democracia – Consultora legislativa Ana Luisa Fleck Saibro
- 17h – Debate
- 17h30 – Encerramento – Senadora Emília Fernandes, da Comissão Parlamentar do Mercosul

## Consultor vê continuidade do processo de expansão

O consultor legislativo Antonio José Barbosa, por meio de um panorama cronológico do desenvolvimento da civilização humana, afirmou que o que se chama hoje de globalização nada mais é que a continuidade de um processo de expansão que sempre aconteceu.

O expositor mostrou que o Estado é essencial nos movimentos

expansionistas. Assim, para ele, o fracasso dos 12 movimentos das Cruzadas ocorridos entre os séculos XI e XV decorreu da ausência de um poder político centralizado. Isso vai de encontro, por exemplo, à expansão do Império Romano, que era altamente focado no comando instalado em Roma.

## Arruda e Ramez Tebet comentam políticas públicas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem, durante o seminário sobre globalização, que ainda não sabe se o fenômeno é apenas uma consequência do desenvolvimento tecnológico ou se é mais uma forma de dominação que os países desenvolvidos estão impondo às nações emergentes. Ele acrescentou que esta dúvida se agravou quando foi nomeado relator do Orçamento da União.

– O Orçamento veio magro, limitado, mas ainda previa algum crescimento para o país. Aí veio a crise da Rússia. Então o Orçamento, que já era escasso, teve de ser revisto. Se nele não havia mais gorduras, agora corta-se a própria carne. Tira-se a esperança de desenvolvimento, pequeno que fosse – comentou Tebet.

### ESTABILIDADE

Por sua vez, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, disse que tanto o governo federal quanto o estadual e o municipal têm um grande desafio diante do momento atual, que é a construção de políticas públicas convergentes com a consolidação do plano de estabilidade econômica. Ele também apontou como objetivo a volta do crescimento, através da modernização do parque



Tebet vê influência da crise global no Orçamento. Arruda diz que objetivo é retomada do crescimento

industrial do setor privado e da redução de custos do setor público. Na opinião de Arruda, o país está vivendo um segundo momento de mudanças. Ele disse que na década de 80 buscou-se a estabilidade através de algumas mágicas e truques, que resultaram no lançamento de diversos choques econômicos. Agora, o senador pelo DF explicou que o governo está procurando o mesmo objetivo através da negociação com o Congresso.

Também participaram do seminário os consultores legislativos da Câmara dos Deputados Osmar Perazzo Lannes Júnior, Adolfo Furtado, Maristela Bezerra Bernardo e José Ricardo Oriá. O evento é organizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e está sendo realizado na sala 2 da Ala Nilo Coelho.



# Parecer da CCJ considera possível reeleição da Mesa

Senador Lúcio Alcântara cita diversos juristas para sustentar que atuais integrantes da Mesa poderão ser reconduzidos para os mesmos cargos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à possibilidade de recondução, para os mesmos cargos, na eleição imediatamente subsequente, dos atuais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O parecer da CCJ responde a consulta apresentada em plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O relator entende que o parágrafo 4º do art. 57 da Constituição federal deve ser interpretado de forma restritiva, por se tratar de limitação de direitos. Assim, segundo Lúcio Alcântara, como o texto legal não se refere a eleições em legislaturas diferentes, a recondução nestes casos não estaria vedada.



O parecer da CCJ responde a consulta formulada pelo senador Eduardo Suplicy

O relator salientou que os regimentos internos do Senado e da Câmara dos Deputados não ampliam aquela vedação. Ele lembrou que, no caso da Câmara, há inclusive expressa determinação de que a recondução só estaria proibida quando se tratasse de eleições na mesma legislatura.

– O texto da Câmara positiva a interpretação adotada por ocasião da nova eleição do deputado Ulysses Guimarães à presidência daquela Casa em 1987 – argumentou Lúcio Alcântara, que embasou seu parecer em opiniões de juristas como Miguel Reale, José Afonso da Silva, Celso Bastos e Geraldo Ataliba.

## Senadores lembram caso de Ulysses

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) externou opinião diversa do parecer. Para ele, a Constituição “é absolutamente clara ao vedar a reeleição em seu art. 57”. Ele considera que a simples definição da expressão *subsequente*, “com a consulta a um dicionário”, esclareceria a questão. Requião entende que a única forma aceitável de se viabilizar a reeleição dos membros das mesas diretoras seria a aprovação de uma emenda constitucional.

– A reeleição dos membros da Mesa será um desrespeito à Lei Magna, a menos que a modifiquem através de emenda – afirmou.

Alcântara respondeu às ponderações assinalando que juridicamente a reeleição para a Mesa já estava suficientemente esclarecida, mesmo porque, com a emenda que permitiu a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, “a inelegibilidade desapareceu”.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) defendeu o parecer e discordou da análise de Requião. Para o senador baiano, “o dicionário não é o instrumento mais eficaz para dirimir questões jurídicas”.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) apoiou o parecer e considerou desnecessária a consulta feita pelo senador Suplicy, por entender que a lei

não deixa dúvidas quando trata dessa questão. Amin se disse convencido de que a reeleição do atual presidente do Senado é uma questão a ser resolvida politicamente.

– Essa matéria juridicamente não tem novidade. Ela só é importante porque “fulaniza” a questão. Ou seja, ela diz respeito à possibilidade de se reeleger o senador Antonio Carlos Magalhães – afirmou.

Por sua vez, Eduardo Suplicy esclareceu que, ao formular a consulta, não tinha sido movido por razões pessoais, mas porque considera saudável para a democracia não haver reeleição para cargos executivos. Suplicy trouxe ao conhecimento da comissão pesquisa segundo a qual inúmeras propostas visando permitir a recondução dos membros das mesas foram apresentadas durante a Constituinte e rejeitadas.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) também concordou com o fato de que a decisão sobre a reeleição das mesas do Legislativo é sobretudo política. Para ele, o Direito Constitucional brasileiro sempre permitiu que as câmaras legislativas tivessem independência para decidir questões dessa natureza, através do seu regimento interno.

Mesmo entendimento teve o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele

salientou a existência de “argumentos poderosos” de ambos os lados. No entanto, mesmo votando contra o parecer, ressaltou que o sentido de se impedir a reeleição perdeu-se, a partir da emenda que viabilizou a reeleição no Executivo.

Já o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse concordar parcialmente com o parecer de Lúcio Alcântara. Se, por um lado, o artigo 57 da Constituição, em seu entender, não impede a reeleição, ele assegurou não ter o mesmo entendimento sobre o art. 59.

Também favorável ao parecer, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que, mesmo na vigência da Constituição de 1967, o deputado Ulysses Guimarães conseguiu reeleger-se para a Mesa da Câmara.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) se disse “perplexo” com a tentativa de alguns senadores que, ao se colocarem contra a possibilidade da reeleição, estão querendo uma mesma lei com dois pesos e duas medidas. “Se o próprio Regimento Interno da Câmara não cria obstáculos à reeleição, não vejo como alguns querem entender que a situação deva ser diferente para o Senado”, ressaltou Fogaça.

# ACM recebe Erundina e prefeito de Belo Horizonte

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a deputada eleita Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, acompanhada pelo prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro. À saída do encontro, Erundina disse tratar-se de uma visita de cortesia, abrindo caminho para um diálogo que pretende manter com os principais líderes do Congresso Nacional, a partir do ano que vem, para debater “os graves problemas nacionais” e buscar alternativas.

O prefeito de Belo Horizonte disse que participou do encontro na condição de presidente da Federação Nacional de Prefeitos, entidade que faria ontem uma concentração em Brasília a fim de “protestar contra pontos do ajuste fiscal que podem inviabilizar a administração das cidades brasileiras”. Castro apontou especifica-

mente a proposta governamental de elevar de 20% para 40% a retenção das transferências federais para estados e municípios no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Para ele, a medida é capaz de levar à falência estados e municípios.

Luiza Erundina pregou um “diálogo construtivo” em torno dos problemas do país, “para buscarmos soluções efetivas, a partir de reformas estruturais”. Ela informou que, no encontro com Antonio Carlos, trocaram impressões a respeito das medidas do ajuste fiscal e da situação nacional.

A ex-prefeita de São Paulo disse que o presidente do Senado está preocupado com os problemas fiscais, econômicos e sociais brasileiros. Ela afirmou que não acredita “na eficácia do pacote governamental para resolver essas questões”.



Erundina disse não acreditar na eficácia do ajuste fiscal para resolver os problemas vividos pelo país

## I Seminário de Comunicação Legislativa



De 16 a 18 de Novembro  
Auditório Petrônio Portella  
SENADO FEDERAL

Promação



Realização



Informações e Inscrições:  
Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal  
Fone: 0800-61 2211, fax 311-1067  
www.senado.gov.br

# Faltam recursos para enfrentar a seca

Depoimento à comissão especial mostra as dificuldades vividas por prefeitos que se vêem sem condições de agir de forma a atenuar os efeitos da falta de água

A comissão especial do Senado que estuda os efeitos da seca recebeu ontem em audiência o prefeito Sebastião Vasconcelos Porto, do município de Pedra Lavrada, um dos mais afetados pela estiagem no sertão paraibano. O prefeito esmiuçou os graves problemas que atingem a cidade e apresentou à comissão uma série de propostas para atenuar os seus efeitos.

Segundo ele, a reduzida receita de Pedra Lavrada – cerca de R\$ 70 mil por mês – inviabiliza ações municipais de combate à seca. “Ainda assim”, esclarece o prefeito, “o município tem contribuído com recursos para a manutenção da entrega de água, por meio de carros-pipa.”

Fazem parte dos pedidos encaminhados pelo prefeito o prolongamento do programa de emergência até maio e a construção de uma adutora, ligando os mananciais de Campina Grande às áreas do Cariri, Curimataú e Seridó, as mais atingidas pela seca na Paraíba. Além disso, Sebastião Porto quer que os cortes do governo no Orçamento de 1999, em virtude do ajuste das contas públicas, não atinjam a região do Polígono das Secas.

O presidente da Comissão, se-



Sebastião Vasconcelos (à esquerda) defende a extensão até maio do programa de emergência

nador Ney Suassuna (PMDB-PB), ressaltou mais uma vez a gravidade da situação e endossou os pleitos dos prefeitos da região. “A comissão deve tirar um documento pedindo que os programas de emergência não terminem em dezembro, mas permaneçam até a época da colheita.”

Ney Suassuna revelou a intenção de solicitar ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores que, devido à seca, não estão conseguindo fazer frente aos seus compromissos junto a

estas instituições. O senador paraibano afirmou que o momento exige o apoio de todo o país às áreas atingidas pela seca.

– No Nordeste, estamos enfrentando, além dos efeitos da crise financeira internacional, outra crise que é a seca. Uma nação só sobrevive se houver solidariedade entre as diversas regiões – disse.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu medidas permanentes de combate à seca. “O problema não pode vir à tona apenas nas épocas de seca mais intensa.” O senador mineiro considera funda-

mental a reestruturação da Sudene.

– Precisamos revitalizar a Sudene para que ela volte a ser um instrumento dinâmico. Espero que esta comissão possa encontrar um novo desenho para a atuação da Sudene – disse Francelino.

Suassuna informou que a próxima reunião regional da comissão será realizada em Fortaleza. Na ocasião, serão ouvidos depoimentos de prefeitos de municípios cearenses e de órgãos públicos envolvidos no combate à seca. A data da reunião será definida pelos membros da comissão nos próximos dias.

## Aprovados R\$ 15,8 milhões em créditos

O plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem dois créditos suplementares e um especial no valor total de R\$ 15,8 milhões, destinados à Justiça do Trabalho (R\$ 307 mil), ao Ministério do Planejamento e Orçamento (R\$ 237,5 mil) e ao Poder Judiciário (R\$ 15,2 milhões). As decisões deverão ainda ser referendadas pelo plenário do Congresso Nacional.

Os três créditos são produto de cancelamento de outras rubricas orçamentárias, o que motivou observação do deputado Israel Pinheiro Filho de que o Orçamento Geral da União conteria “mecanismos para esconder despesas desnecessárias”, posteriormente canceladas em prol de créditos suplementares.

Os recursos destinados à Justiça do Trabalho serão aplica-

dos na restauração e ampliação de prédio da Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Guarapuava (PR) – R\$ 37 mil – e na conclusão da primeira fase da construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, situado em Natal (R\$ 270 mil).

No caso do Ministério do Planejamento, os recursos destinam-se ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que os aplicará na aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos necessários à reestruturação do Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor III).

Finalmente, o maior volume de recursos aprovado destina-se a gastos com custeio e investimento do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Justiça do Trabalho.

## Maldaner questiona benefícios do instituto da reeleição ao país

“Será que a experiência da reeleição valeu a pena?”, questionou ontem, em discurso no plenário, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para ele, as reformas constitucionais teriam sido mais facilmente aprovadas se não houvesse a perspectiva, no Congresso, de que tudo visava ao proveito do presidente e dos governadores que queriam se reeleger.

Segundo Maldaner, não é bom que o país inicie o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso discutindo as mesmas três reformas: a administrativa (aprovada mas ainda não implantada), a previdenciária (em fase final de votação) e a tributária, ainda em fase de debates. “Por que, depois de quatro anos, não saímos das mesmas teses? O que poderíamos ter feito em quatro, será que vamos levar oito anos para fazer?”, perguntou.

O senador duvidou da eficiência do instituto da reeleição para a ad-



Maldaner: “Faremos em oito anos o que poderíamos ter feito em quatro?”

ministração pública. “Estamos imersos numa grave crise. Será que não perdemos tempo, não fechamos os olhos para a urgência da crise e negligenciamos ou postergamos algumas definições?”, prosseguiu. Ele acredita que talvez tivesse sido melhor preparar outro candidato à Presidência, seguindo na mesma direção política, em vez de insistir na tese da reeleição.

## Técnico do MMA e Marina falam de biodiversidade

A existência de mais de 20 projetos sobre biodiversidade tramitando no Congresso Nacional motivou a TV Senado a levar o assunto a debate, em programa que vai ao ar hoje, às 13h30 e às 19h30. Foram convidados a senadora Marina Silva (PT-AC) e o diretor do Departamento de Instrumentos de Normas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Bráulio Ferreira de Souza Dias.

Bráulio Dias afirmou que o Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade no mundo, mas lamentou a inexistência de regras que garantam a perpetuidade desse patrimônio. Já Marina Silva manifestou preocupação com a pesquisa e exploração em terras indígenas.

Para o representante do Ministério do Meio Ambiente, a União tem o direito de dar a concessão, a não ser no caso de reservas indígenas, quando a autorização tem que passar necessariamente pelos índios.

## TV debate problemas das grandes cidades

A dívida das grandes cidades acaba sufocando a capacidade de investimento, especialmente em áreas fundamentais como saneamento básico.

A constatação foi feita pelo presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fernando Rezende, em entrevista à TV Senado sobre os problemas das grandes centros urbanos.

Além da dívida, Fernando Rezende apontou a falta de planejamento como outra causa importante dos problemas das metrópoles. Ele falou, ainda, do Fórum 21, realizado no mês passado para debater essas questões.

O programa vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.



# Simon pede diálogo com a oposição

Em apelo público dirigido ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador defende a abertura de debate sobre as medidas econômicas com "autoridades representativas da sociedade"

Em apelo público dirigido a Fernando Henrique Cardoso, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que "o presidente da República deveria convidar ao Palácio do Planalto as diferentes autoridades representativas da sociedade", entre as quais ele incluiu Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Ciro Gomes e os governadores de oposição.

A sugestão foi feita a propósito das medidas contidas no Programa de Estabilização Fiscal, para cuja aprovação pelo Congresso, na opinião do senador, é preciso que tanto o presidente como a oposição abdicuem "de linguagens em forma de monólogo". No caso específico do presi-

dente da República, o senador disse que "ele não deve ficar adjetivando a oposição, não fica bem".

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) argumentou que não cabe mais ouvir a oposição: "Depois do fato universalmente reconhecido de que o país está quebrado há tempos, enfim, que a casa encontra-se em estado de calamidade, chamar as oposições para dividir responsabilidades não é do feitio de um chefe de Estado." Além disso, acrescentou, o presidente não tem conversa do nem mesmo com seus aliados. Assim, ponderou, "como ele vai entender sua sapiência unilateral e transformá-la em diálogo com a

oposição?"

Afirmando sua crença de que o Brasil não quebrou, "mas está numa situação difícil", Simon concordou com Lauro Campos e explicou que, ao propor que o presidente dialogue com a oposição, estava presumindo que ele já o tenha feito com a base do governo.

Para Simon, outra frente de ação do presidente da República seria junto ao Grupo dos Sete (G-7), para debater mecanismos de controle sobre o capital especulativo, fonte das atuais distorções no mercado financeiro internacional. O senador citou o caso da empresa automobilística GM, que em ano recente



Pedro Simon sugeriu a Fernando Henrique que não adjective a oposição

"auferiu lucros excepcionais de 8%. Os especuladores ganham 40% de um dia para o outro".

## Juros causam "sangria", afirma Emília

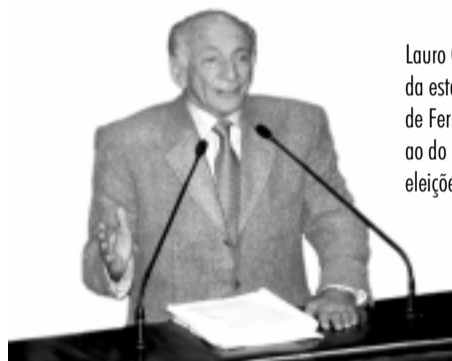
Para a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é incompreensível falar-se em ajuste e corte de gastos, sem que em nenhum momento se toque na principal fonte da sangria dos recursos públicos, que são as atuais taxas de juros, situadas entre as maiores do mundo. Ela fez esse comentário ao analisar ontem o programa de ajuste fiscal do governo, quando constatou que, desde que assumiu, Fernando Henrique Cardoso elevou a dívida interna de R\$ 61 bilhões para R\$ 304 bilhões – valor que, em sua opinião, poderá chegar a R\$ 360 bilhões até o fim do ano.

– O atual pacote é tão ineficaz quanto o anterior, porque em nenhum momento enfrenta os verdadeiros problemas da economia brasileira, que se agravam a cada dia, em consequência da atual política econômica e monetária – comentou a senadora.

Ela lastimou que o governo tente, como fez no plano de ajuste do ano passado, justificar as medidas de agora como necessárias para baixar os juros. Conforme observou, isso não aconteceu no ano passado e não ocorrerá agora, porque a causa dos juros altos não está sendo atacada. Além dos juros, ela citou como fatores de agravamento da crise as importações indiscriminadas que, segundo relatou, vão desde supérfluos, até produtos primários, como trigo, arroz e leite.



Emília Fernandes lamentou importações "indiscriminadas" de produtos como trigo e leite



Lauro Campos comparou papel da estabilidade na reeleição de Fernando Henrique ao do Plano Cruzado nas eleições de 1986

## Lauro Campos acusa o governo de disfarçar inflação

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que, assim como o Cruzado I elegeu 23 governadores, a estabilidade do real elegeu e reelegeu Fernando Henrique Cardoso, disfarçando a inflação pelo aumento exponencial das dívidas públicas interna e externa. "As pressões inflacionárias foram sugadas pela venda de papéis da dívida pública", avaliou. Daí, acrescentou, o país ter saído das taxas de inflação de 1994 para a atual deflação.

Este foi um dos muitos comentários que o senador disse ter desejado fazer diretamente, por ocasião da audiência pública do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, realizada no plenário do Senado.

Lembrando que a equipe econômica não gosta de referir-se às medidas do Programa de Estabilização Fiscal como "pacote", Lauro Campos disse que "o termo certo para o que está sendo lançado sobre nós é 'caixa de Pandora', mas sua natureza guarda relação com 'pacote' e 'saco

de maldades'. Diz a mitologia que, ao abrir a caixa, Pandora liberou uma série de perversidades, tal como o fez agora a equipe econômica: aberta a caixa, saíram juros de mais de 49%, crédito internacional próximo a zero e dívida pública de mais de R\$ 350 bilhões", comparou o senador.

Após ter colocado os preços no pico através da conversão da moeda na Unidade de Referência de Valor (URV), equiparando os preços nacionais "aos de Tóquio, onde a renda média *per capita* anual é de US\$ 37 mil", a equipe econômica fixou um câmbio supervalorizado para a nova moeda, explicou o senador.

As consequências enumeradas por Lauro Campos foram as seguintes: destruição de pelo menos 15 setores produtivos pela concorrência predatória das importações, permitida pelo câmbio supervalorizado, conforme dados do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; aniquilamento da área da saúde; e sucateamento da educação pública.

## Bezerra defende estímulo ao crescimento econômico

Ao analisar ontem o plano de ajuste fiscal do governo, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) disse que o Brasil tem de "sair dessa crise como uma nação fortalecida, e não como um povo acuado". No seu entender, fundamental não é enfrentar o problema com medidas recessivas, como o aumento da carga tributária e a manutenção das altas taxas de juros, mas estimular o crescimento econômico, a competitividade do produto brasileiro e as exportações.

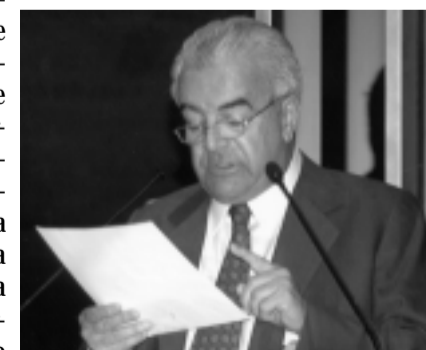
"Ninguém duvida do enorme potencial deste país para crescer e gerar empregos. Mas o Brasil não pode avançar com instituições ultrapassadas", disse o parlamentar, observando que nossos sistemas tributário, trabalhista e previdenciário envelheciam, enquanto outros já nasceram velhos, como o sistema de saúde. Para ele, o desenvolvimento do Brasil depende dramaticamente da reforma de inúmeras instituições sociais.

Também disse que, se o programa de estabilidade fiscal é reconhecidamente adequado e eficaz para promover o equilíbrio das contas públicas, e se mereceu a credibilidade internacional, não há por que manter as taxas de juros tão elevadas, pois o Brasil continuará a ser um atraente mercado para os investidores externos. Para ele, de nada adiantarão o esforço e o sacrifício decorrentes do ajuste fiscal, se seus ganhos poderão escoar rapidamente com o pagamento dos juros da

crecente dívida pública.

Fernando Bezerra reconheceu que o programa de ajuste fiscal é urgente, imprescindível, sério e corajoso, razões pelas quais disse concordar com ele, exceto no que se refere ao aumento das alíquotas da Cofins e da CPME. Embora reconhecendo a necessidade de elevação da receita do Estado, o parlamentar entende que o ajuste deve recair sobre tributos que atinjam mais o consumo que a produção.

O senador disse estar convencido de que o presidente Fernando Henrique Cardoso, "que tem o propósito de construir um novo Brasil", haverá de encontrar um caminho que não sacrifique a competitividade da economia nacional. Ele lastimou que, apesar dos avanços na privatização, liberalização comercial e estabilização monetária, o Brasil ainda tenha uma situação fiscal tão precária e incompatível com a estabilização dos preços.



Bezerra disse que o Brasil tem de sair da crise "como uma nação fortalecida"

# Líderes empresariais levam a ACM críticas ao aumento de impostos

Documento encaminhado ao presidente do Senado sugere alternativas como a criação de taxa emergencial de R\$ 0,30 sobre cada litro de gasolina, o corte de gastos e a eliminação de privilégios

Comitiva de líderes empresariais de São Paulo entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, documento com críticas às medidas do governo para o ajuste fiscal e com um apelo em favor da revisão de propostas como o aumento da CPMF e da Cofins. Os empresários argumentam que "aumentar impostos significa aprofundar a recessão sem garantia de resultado positivo nas contas públicas".

O documento é assinado pelos presidentes das seguintes entidades: Bolsa de Valores de São Paulo, Bolsa de Mercadorias e Futuros, Federação da Agricultura de São Paulo, Federação das Indústrias, Federação das Associações Comerciais do estado, Federação do Comércio e Sociedade Rural Brasileira.

Todos manifestam sua confiança de que o Congresso Nacional saiba "representar os anseios da sociedade em favor de reformas modernizadoras, que permitam a retomada do crescimento sustentado da economia".

Os empresários apontam os juros elevados e a tributação excessiva como responsáveis pela crise econômica que o país vive. De acordo com Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio, o governo cometera um erro grave ao tentar resolver o problema fiscal via taxação da produção, ao invés de taxar o consumo.

Os empresários apontam os aumentos propostos para a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contri-

buição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) como exemplos desse "equivoco".

Segundo Alfredo Rizkallah, presidente da Bolsa de Valores paulista, a elevação do imposto do cheque "poderá inviabilizar nosso mercado acionário". Os empresários apresentaram uma sugestão para que o governo obtenha por outros meios a receita prevista com o aumento da CPMF de 0,20 para 0,38%: uma taxa emergencial de R\$ 0,30 sobre a ven-



Os líderes empresariais de São Paulo afirmaram que aumentar impostos significa aprofundar a recessão sem garantia de resultado positivo nas contas

da de cada litro de gasolina.

As entidades que levaram o apelo ao presidente do Senado desta-

caram que "o equilíbrio fiscal tem de ser obtido pelo corte de gastos e a eliminação de privilégios".

## Suplicy quer conhecimento prévio da Carta ao FMI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, defendeu ontem a apresentação prévia pelo governo ao Senado da Carta de Intenções que pretende enviar ao Fundo Monetário Internacional. Em ofício enviado ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o senador lembra que, por ser atribuição do Senado aprovar todas as operações de empréstimo internacional, seria de "fundamental importância" que todos os senadores tenham conhecimento prévio desses "novos compromissos do país".

Para Eduardo Suplicy, as condicionalidades expressas na Carta de Intenções têm estreita relação com a proposta de ajuste que o Congresso está discutindo. "A sociedade brasileira está sendo chamada a arcar com pesados ônus recaindo sobre servidores públicos, trabalhadores que estão sendo desempregados e, a parte mais amarga, sobre os mais pobres. Assim, os senadores precisam conhecer a carta, antes de votar as medidas do ajuste fiscal."

## Requião prevê *impeachment* de FHC

"Talvez em um ano, o Congresso Nacional possa estar discutindo o *impeachment* do presidente da República." O diagnóstico é do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que voltou a condenar o que ele considera a deliberada disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de internacionalizar o Brasil. O parlamentar acha pouco útil discutir os ajustes tributários propostos pelo governo, porque "eles não levarão o país a lugar nenhum".

Em sua análise, a raiz do problema enfrentado pelo Brasil é a dependência em que o país se encontra em relação ao mundo desenvolvido. Na opinião de Requião, essa sujeição foi preconizada na própria obra acadêmica do presidente Fernando Henrique Cardo-

so, onde se encontra o livro "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", escrito em parceria com o chileno Enzo Faletto. "Temos então um anúncio antigo do encaminhamento do Brasil para uma globalização absolutamente dependente", afirmou o parlamentar.

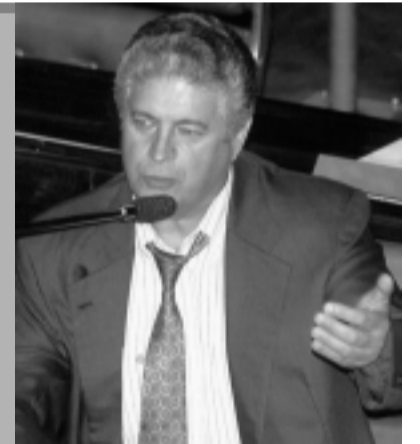
Como exemplo dessa sujeição, ele aponta a tentativa do Brasil de obter um empréstimo de US\$ 30 bilhões do FMI, mas paga mais de R\$ 2 bilhões por semana em juros da dívida mobiliária.

O senador recomenda que o Congresso aborte definitivamente o modelo econômico do governo, até porque "economistas credenciados anunciam o risco de uma explosão em duas ou três semanas".

"Chamarão isso de um *ataque à nossa moeda*. Nada tem de ataque a

deliberada disposição do presidente da República de internacionalizar o Brasil", comentou Requião. Em sua opinião, desse ataque resultaria a venda da Petrobrás e do Banco do Brasil, daí porque ele sugere que se acabe logo com essa proposta política de dependência externa, sustentada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ironicamente, o parlamentar também disse que o presidente da República "não se esqueceu do que escreveu - propôs a dependência e está realizando uma política que coloca o Brasil de joelhos diante do mundo". Para Requião, o governo brasileiro é o único que acredita atualmente na globalização, pois todos os outros países estão defendendo o emprego interno, suas indústrias e o desenvolvimento autônomo.



Requião sugeriu que o Congresso discuta a fundo o modelo econômico adotado pelo governo

- O presidente da República se afundou nos seus compromissos e não tem mais condição política de renegociar um outro modelo de desenvolvimento, tal a ordem e a profundidade dos seus compromissos. Estamos entrando em uma entaladela definitiva - alertou.

## Ney Suassuna considera a crise "gerencial"

"A crise na verdade é gerencial." A afirmação foi feita pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao sustentar, ontem, que o Brasil não pode empenhar-se tanto para conseguir R\$ 28 bilhões de receita extra com o plano de ajuste fiscal, se deixa de cobrar R\$ 310 bilhões de créditos que tem a receber. Referia-se às dívidas junto ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, ao INSS, ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central.

Observando que, em situação parecida, os EUA tiveram êxito fazendo uma comissão de renegociação para reaver créditos, o parlamentar sugeriu que o Brasil faça o mesmo, a fim de conseguir o pagamento de pelo menos R\$ 40 bilhões. Em sua opinião, pode estar no mau gerenciamento dessa crise a explicação para os investidores continuarem retirando recursos do país: "Será que o capital es-

trangeiro não está indo embora por falta de confiança?"

Referindo-se à reunião realizada terça-feira à noite pelo PMDB, o senador reproduziu comentários do governador eleito Itamar Franco sobre a situação econômica. O ex-presidente teria dito que, no começo do atual governo, o PIB brasileiro crescia 6% ao ano. O crescimento previsto para 1998 é de, no máximo, 1%. Itamar teria

também comentado que "alguma coisa não andou bem" no atual governo.

Na análise de Suassuna, essa crise gerencial reflete-se também na pouca atenção dada pelo governo federal ao Nordeste. Em sua opinião, o Brasil tem condições de enfrentar suas dificuldades econômicas, mas é preciso socorrer com urgência os estados nordestinos sacrificados pela seca.